

# Educação Infantil nos cursos de Licenciatura em Música: um olhar sobre a formação docente

Carolina Chaves Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Universidade Federal da Paraíba  
carolinacg@ymail.com

**Resumo:** Este artigo busca apresentar um projeto de pesquisa em andamento que objetiva compreender como tem se dado a inserção da educação infantil nos cursos de Licenciatura em Música das instituições federais de ensino superior da região nordeste e que concepções, conteúdos e direcionamentos didático-pedagógicos orientam a formação docente para a atuação nesse nível de ensino. Atualmente o projeto encontra-se em fase inicial de discussão teórica e identificação das instituições que poderão participar do estudo. Destaca-se uma concepção abrangente de currículo e apresenta-se que a educação musical e a educação infantil encontram-se em um momento de respaldo através das políticas públicas instituídas em âmbitos diversos para ambas e que discutir a relação entre elas na formação inicial do professor é dar subsídios para uma educação ampla e de qualidade.

**Palavras chave:** Educação Musical Infantil; Formação inicial docente; Licenciatura em Música.

## Introdução

A educação musical no Brasil tem cada dia mais delimitado seus espaços, atuação bases teóricas e epistêmicas. Programas e pesquisadores têm investido em responder a um panorama dessa realidade que compreende conceitos teóricos e a prática educativa nos diferentes contextos brasileiros, buscando chegar à práxis do educador musical no Brasil. Dentre esses espaços, a educação básica se destaca como o início do ensino sistematizado do cidadão brasileiro, no qual mais específico ainda é o primeiro nível desse âmbito: a educação infantil, compreendendo o ensino para crianças entre zero e cinco anos de idade (BRASIL, 1996).

Apesar do crescente interesse sobre a prática do educador musical nesse nível de ensino, bem como sua demanda para inserção no mercado de trabalho, identifica-se uma lacuna no que diz respeito às análises sobre o momento anterior à essa prática docente na educação infantil: a formação inicial em nível superior. Pretende-se neste trabalho, então, focar no momento anterior à prática profissional, compreendendo a formação em nível de Licenciatura em Música, perfazendo discussões acerca dos saberes e competências docentes

para a educação infantil que competem à instituição de ensino superior (IES) desenvolver e capacitar nesse futuro profissional.

Pensar a educação musical inserida na educação infantil, discutir práticas, conteúdos e perfil profissional são tópicos que se relacionam diretamente à criança e à instituição escolar. A educação musical e a educação infantil encontram-se em um momento de respaldo através das políticas públicas instituídas em âmbitos diversos para ambas. Discutir a relação entre elas na formação inicial do professor é dar subsídios para uma educação ampla e de qualidade às crianças brasileiras.

Considerando que ao investigar o professor de música atuante na educação infantil, identificou-se em primeira instância que “as práticas estão relacionadas diretamente com as especificidades de sua formação e dos contextos que se inserem sua escola e alunos” (GOMES, 2011, p. 148), faz-se necessário verificar o espaço e abrangência da temática da educação infantil nos cursos de Licenciatura em Música.

Assim, para este artigo buscou-se apresentar um projeto de pesquisa em andamento que objetiva compreender como tem se dado a inserção da educação infantil nos cursos de Licenciatura em Música das instituições federais de ensino superior da região nordeste e que concepções, conteúdos e direcionamentos didático-pedagógicos orientam a formação docente para a atuação nesse nível de ensino. Atualmente o projeto encontra-se em fase inicial de discussão teórica e identificação das instituições que poderão participar do estudo.

## **A pesquisa: aspectos metodológicos**

Diante deste panorama, constituirão o universo desta pesquisa, as Universidades Federais das capitais do nordeste que possuem Licenciatura em Música, tanto em âmbito de seu projeto político pedagógico (PPP) quanto de suas ações de extensão. Em um segundo momento participarão desta pesquisa os coordenadores dos cursos e professores das IES responsáveis por disciplinas que se relacionem com o ensino de música na educação infantil.

Tendo como objeto de investigação os currículos das Licenciaturas em Música, e especificamente componentes curriculares e ações de extensão que impliquem na temática sobre educação musical infantil, serão pesquisados os projetos político pedagógicos de cada instituição, seguido das concepções que norteiam esses projetos e ações de extensão diversas através de contato com os coordenadores de curso e professores das disciplinas.

Assim, este trabalho será desenvolvido em três etapas, que apesar de distintas se sobreponem podendo se desenvolver simultaneamente ao longo da pesquisa. São elas: revisão bibliográfica e identificação das IES; Revisão documental incluindo análise dos currículos das Licenciaturas em Música através do PPP; Análise de concepções e perspectivas das propostas para ensino e extensão nessa área através de entrevistas com coordenadores e professores.

Como instrumentos de construção de dados será realizada uma pesquisa bibliográfica que contemplará estudos científicos nas áreas de educação musical infantil, currículo e formação docente inicial em nível superior, com o objetivo de constituir um aporte teórico consistente que permita o desenvolvimento e análise dos demais instrumentos de coleta de dados, bem como oriente as dimensões teóricas da pesquisa. Será feita identificação das IES públicas que oferecem Licenciatura em Música nas capitais do nordeste através de pesquisa na base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como de publicações de pesquisas já elaboradas ou em andamento no país e/ou contato direto com as instituições por via eletrônica.

Identificadas as IES, será realizada uma pesquisa documental que, além de documentos governamentais (como os Parâmetros Referenciais e Diretrizes Curriculares Nacionais) sobre educação musical infantil e ensino superior, abrangerá documentos específicos dos cursos de Licenciatura em Música investigados (Projeto Político Pedagógico e/ou documentos de avaliação produzidos sobre o curso). Este trabalho será realizado junto aos órgãos públicos competentes (Ministério de Educação e INEP) e as IES (Projeto Político Pedagógico e/ou documentos semelhantes como os de reconhecimento e revalidação do curso).

Pretende-se visitar as Universidades e realizar uma entrevista semiestruturada, que também será gravada em áudio, a partir de roteiro previamente definido, com os coordenadores dos cursos visitados com intuito de identificar concepções, ações de ensino e extensão não identificadas na análise documental e a indicação de ao menos 1 docente responsável pelas disciplinas relacionadas à educação musical infantil na instituição. Posteriormente, será realizada uma entrevista semiestruturada também com esse docente buscando verificar os mesmos aspectos.

Para análise dos dados, a partir dos projetos político pedagógicos (ou documento semelhante) dos cursos de Licenciatura em Música das IES, serão identificados componentes

curriculares que versam sobre educação musical infantil com intuito de reconhecer esse espaço já delimitado nos currículos bem como selecioná-los para etapa posterior. Para tal, serão inicialmente privilegiados os aspectos da ementa, conteúdo e título do componente curricular, sendo organizados a partir de categorias e dispostos em planilhas para análise quantitativa a fim de traçar um panorama geral dos cursos.

A partir desse mesmo documento será realizado um diagnóstico geral qualitativo das principais informações visando constituir um panorama mais aprofundado do curso, bem como direcionar a elaboração do roteiro de entrevista para coleta de dados durante a visita às IES. Dentre os tópicos a serem abordados buscar-se-á características gerais norteadoras do currículo, profundidade dos aspectos sobre educação musical infantil tratados, além de outras características consideradas relevantes a serem discutidas ao longo da investigação.

Por fim, as entrevistas gravadas em áudio serão transcritas, textualizadas e categorizadas construindo um corpus representativo sobre a educação musical infantil e formação inicial. Para categorização serão observados os principais tópicos ou sub-temas que emergiram nas falas dos professores.

## **A formação docente nas Licenciaturas em Música: o lugar da educação infantil**

A educação musical, aqui compreendida como uma área autônoma que estabelece uma relação interdisciplinar próxima com outras áreas do conhecimento, “ocupa-se com as relações entre a(s) pessoa(s) e a(s) música(s) sob os aspectos de apropriação e transmissão” (KRAEMER, 2000, p. 51), compreendendo, pois, espaços e organizações diversas, dentre eles a educação básica e a educação infantil.

Caracterizada como primeira etapa da educação básica brasileira, o ensino para crianças entre zero e cinco anos na forma da educação infantil é reconhecido como direito da criança e dever do Estado (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 1996; BRASIL, 1998) e se divide em creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro e cinco anos).

Mesmo sendo garantida a formação integral da criança, além de contemplada e discutida amplamente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), a educação musical infantil esteve designada a professores pedagogos que em sua formação apresentam “limitações teóricas quanto aos conteúdos específicos de música [...]

assim como mostra[m] dificuldades na condução do desenvolvimento da Educação Musical como área de conhecimento” (TOZZETTO, 2003), ou seja, “é possível, com limites, o professor unidocente trabalhar com música no conjunto dos demais conhecimentos implicado para a potencialização da aprendizagem na educação básica” (BELLOCHIO, 2014, p. 54).

Diante desse cenário, observou-se que diversos espaços de educação infantil começaram a incluir a música em suas instituições após a publicação da Lei nº 11.769/08, que trata da obrigatoriedade da música, em muitos casos incluindo um educador musical em sua equipe pedagógica (GOMES, 2011).

Fortalecendo essas recentes ressignificações do ensino de música na educação básica, percebe-se ainda uma preocupação cada vez maior com tal faixa etária considerando-se o crescente número de documentos oficiais, legislações e políticas públicas especialmente em âmbito federal que contemplam a escola e a formação docente continuada do professor (QUEIROZ e PENNA, 2012).

A partir da Constituição Federal de 1988 observa-se de forma exponencial a construção de documentos e políticas relativos à infância ou à educação para a infância como um todo, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), o ensino fundamental de 9 anos (Lei nº 11.114/05) que retirou a alfabetização da educação infantil, a criação do programa ProInfância (2007) que visa criação e reforma de creches e pré-escolas em todo o Brasil e que ampliou em mais de mil as unidades de educação infantil (FNDE, 2012), a elaboração de novas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), a estruturação do programa ProInfantil para garantir formação mínima aos professores que já atuam na educação infantil, dentre outros.

No que se refere à formação docente inicial em nível superior do tipo Licenciatura, pouco se sabe sobre os aspectos da educação infantil que são contemplados pelas IES que possuem cursos de Música. Apesar de publicado em 2002 as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena” (CNE, 2002), e em 2004 as “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música” (CNE, 2004) após essas reformulações pouco

se discutiu sobre as mudanças implementadas nos currículos e menos ainda constituem-se os panoramas relacionados à abrangência de determinado nível de ensino nestes cursos.

Por outro lado, as políticas governamentais têm buscado uma maior interseção entre a universidade e a escola, surgindo assim programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA). Dentre algumas das mudanças ocorridas está adoção das “ações referentes à formação de professores da educação básica” (MONTANDON, 2012, p. 48) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) órgão ao qual historicamente esteve designada a pós-graduação no Brasil e que também está assumindo agora funções e ações na graduação.

É nesse cenário que serão investigados os currículos das Licenciaturas em Música da região nordeste nas Universidades públicas federais. Destacando que a concepção de currículo parte do *curriculum-as-practicum*, ou seja, um currículo que diz respeito ao aprendizado através “ações, transações e interações musicais com aproximação das verdadeiras músicas das diversas culturas. O currículo praxial emerge os estudantes em projetos de fazer música” (ELLIOT, 2005, p. 13). Assim, serão também investigadas as ações de extensão que acompanham os componentes curriculares do curso.

Enfim, mesmo tratando sobre currículo e políticas públicas, esses temas serão apresentados à luz da educação infantil e sua presença na formação inicial do educador musical. Nesse sentido, constitui-se problema da investigação: De que forma tem se dado a inserção da educação infantil nos cursos de licenciatura em música e que concepções, conteúdos e direcionamentos didático-pedagógicos orientam a formação docente para a atuação nesse nível de ensino?

## Considerações Finais

Traduzir um contexto educacional tão complexo quanto o ensino superior de diferentes instituições demanda a compreensão de que a pesquisa está “vinculada ao tempo e ao contexto” (BRESLER, 2007, p. 8), ou seja, há que se considerar as diferentes realidades nas quais os currículos tomaram forma. Estabelece-se, pois, uma visão de currículo abrangente, compreendido como processo e práxis social o que “significa que em sua configuração intervêm idéias e práticas, que adquire sentido num contexto real, com

determinadas condições” (SACRISTÁN, 1998, p. 137). Assim, importa não apenas os componentes curriculares, mas também as ações de extensão e a concepção dos professores responsáveis pelas disciplinas e coordenadores de curso. Buscar-se-á um entendimento de que para o pleno atendimento das diferentes realidades são necessários diferentes práticas e abordagens, e, sabendo do princípio das Licenciaturas serem destinadas prioritariamente à educação básica, a educação infantil deve estar contemplada na graduação em suas especificidades.

Discutir a formação docente em Licenciatura em Música destinada à educação infantil, é reconhecer o espaço da música enquanto conhecimento da sociedade e, principalmente, da infância no sistema educacional brasileiro.

Acredito que esta pesquisa contribuirá através da apresentação de um panorama inédito sobre essa temática nas Instituições de Ensino Superior, fato que poderá atingir, não apenas essas instituições, mas as escolas de educação básica que serão campo profissional dos educadores musicais graduados nas Licenciaturas. Ampliar a discussão em uma temática é abrir caminhos para novas possibilidades, o que, então, poderá ampliar a participação de educadores musicais na educação infantil e na educação básica, na medida em que permite uma reflexão sobre a formação do educador musical para a educação infantil.

## Referências

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Educação Básica, professores unidocentes e música: pensamentos em tríade. BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; GARBOSA, Luciane Wilke Freitas (org.) *Educação Musical e Pedagogia: pesquisas, escutas e ações*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

BRESLER, Liora. Pesquisa Qualitativa em Educação Musical: contextos, características e possibilidades. In: *Revista da ABEM*. Porto Alegre, v. 16, p. 7-16, mar 2007.

BRASIL. *Proinfantil*. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12321:proinfantil-apresentacao&catid=288:proinfantil&Itemid=548](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12321:proinfantil-apresentacao&catid=288:proinfantil&Itemid=548) Acesso em 29 maio 2013.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil* / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm) Acesso em: 25 abril 2009.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasil: MEC/SEF; 1998, volume 1.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 25 abril 2009.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.009, de 13 de julho de 1990*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) Acesso em: 25 abril 2009.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 25 abril 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf) Acesso em 29 maio 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CES nº 2, de 08 de março de 2004*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf> Acesso em 29 maio 2013.

ELLIOT, D. J. (Ed.). *Praxial music education: reflections and dialogues*. New York: Oxford University Press, 2005.



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. *Proinfância*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao> Acesso em 29 maio 2013.

GOMES, Carolina Chaves. O ensino de música na educação infantil da cidade de Natal. João Pessoa/PB: Universidade Federal da Paraíba, 2011, 185p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Música, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. Trad. Jusamara Souza. In: *Em Pauta*. Porto Alegre, v. 11, n. 16/17, p. 50–73, 2000.

MONTANDON, Maria Isabel. Políticas públicas para a formação de professores no Brasil: os programas Pibid e Prodocência. In: *Revista da ABEM*, Londrina, v. 20, n 28 p. 47-60, 2012.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; PENNA, Maura. *Políticas públicas para a Educação Básica e suas implicações para o ensino de música*. In: *Revista Educação*, Santa Maria, v. 37, n 1 p. 91-106, 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? In: SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ GÓMES, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p.119-148.

TOZETTO, Anita Henriqueta Kubiak. *Educação Musical: a atuação do professor na Educação Infantil e Séries Iniciais*. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2003. 149p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2003.